Educação para as Relações Étnico-Raciais na Formação de Professores: uma análise documental do cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no Curso de Licenciatura em Letras – Português e Espanhol do IFCE – Campus Crato

Autor: Henrique Douglas de Sousa Lopes

Resumo:

O presente trabalho analisa como a educação brasileira, historicamente estruturada sob uma lógica eurocêntrica, privilegiou epistemologias ocidentais em detrimento das contribuições dos povos negros e indígenas, contribuindo para a reprodução do racismo estrutural no campo educacional. Em resposta a esse cenário, as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na educação básica, configurando-se como marcos fundamentais da educação antirracista no Brasil. Nesse contexto, o estudo investiga o cumprimento dessas legislações no curso de Licenciatura em Letras – Português e Espanhol do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus Crato, considerando o papel estratégico da formação inicial de professores na efetivação dessas políticas públicas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, tendo como procedimento metodológico central a análise documental. O corpus é constituído pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e pelos Programas de Unidades Didáticas (PUDs), analisados à luz dos referenciais teóricos de Cellard, Munanga, bell hooks e Bárbara Carine. A perspectiva de bell hooks, ao compreender a educação como prática de liberdade, contribui para problematizar a formação docente como espaço de construção de uma pedagogia crítica e emancipatória. Em diálogo, Carine reforça que a educação antirracista exige intencionalidade institucional e ações sistemáticas, não se limitando a abordagens pontuais. Os resultados evidenciam que, embora o PPC reconheça formalmente as legislações étnico-raciais em sua fundamentação legal e em seus princípios formativos, sua incorporação no currículo ocorre de forma limitada. As temáticas étnico-raciais aparecem de maneira pontual, sem efetiva transversalidade, e o perfil do egresso não explicita competências voltadas à atuação docente antirracista. Conclui-se que há uma tensão entre o discurso institucional e a prática curricular, evidenciando desafios para a consolidação de uma formação docente comprometida com a justiça social.